

SAÚDE

Rede pública terá um 'código do consumidor'

Ministério anuncia criação de conjunto de regras para hospitais, funcionários e pacientes

LÍGIA FORMENTI

BRASÍLIA – O ministro da Saúde, Humberto Costa, anunciou a criação de uma espécie de código de consumidor para pessoas que usam a rede pública de saúde. A idéia é organizar um conjunto de regras que definam tanto o direito dos pacientes quanto penalidades para hospitais, médicos e funcionários que desrespeitarem o que for determinado. A iniciativa tem como objetivo melhorar a qualidade do atendimento oferecido na rede pública.

“Não se trata de uma medida polícial, mas apenas uma estratégia para tentar melhorar a qualidade dos serviços”, afirmou. O ministro espera contar com a colaboração do Conselho Nacional de Saúde e do Congresso Nacional para a elaboração do código, inicialmente batizado de Código de Direitos do Usuário do Sistema Único de Saúde. Não há prazo definido para o término dos estudos.

Para o professor da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo, Paulo Fortes, a idéia de uma lei nacional com direitos de pacientes é boa. Mas ele argumenta que isso, por si só, não garante a melhoria da qualidade do atendimento. “É um recurso útil, porém tem de vir acompanhado de uma campanha de esclarecimento conside-

rável entre a população”, argumentou.

Fortes lembra, por exemplo, que em São Paulo já está em vigor uma lei, a 10.241, de autoria do deputado Roberto Gouveia, que trata do assunto. Entre outras coisas, a lei determina que o paciente não pode ser chamado por um número ou um nome depreciativo e que o profissional de saúde não pode se recusar a dar sua identificação.

Na aula – A lei é usada em sala de aula, para formação dos futuros profissionais de medicina e em debates em conselhos populares de saúde. “Já temos alguns avanços. Mas há ainda uma parte considerável da população que é mal atendida e se conforma.”

**LEI DEVE
SER SEGUIDA
DE OUTRAS
MEDIDAS**

Costa afirmou que aspectos administrativos também serão considerados. “Vemos que há locais onde há ar-condicionado em todos os setores frequentados por médicos enquanto a população fica na rua, esperando na fila, sob sol quente ou na chuva.”

O ministro apresentou a proposta na reunião com o Conselho Nacional de Saúde, ontem. Durante o evento, ele anunciou mudanças na composição do ministério. O epidemiologista Jarbas Barbosa, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), assumirá a recém-criada Secretaria de Vigilância em Saúde. A secretaria ficará responsável pelas ações de vigilância epidemiológica e ambiental, atividades que até agora eram exercidas pela Funasa.